Informativo de Legislação SEDOC



ANO XIX N. 47 30/3/2021

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO N. 6/GCGJT, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Divulga nova versão das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos da Justiça do Trabalho.

Anexo: Tabela Processual Unificada de Complementos com Acréscimos da JT Anexo: Tabela Processual Unificada de Movimentos com Acréscimos da JT

(DEJT/TST Cad. Jud. 29/3/2021, p. 9)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO N. 383, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências.

(DJe/CNJ 29/3/2021, p. 2-4)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI N. 14.057, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

(DOU 26/3/2019, Seção 1, Edição Extra, p. 1)

LEI N. 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera as Leis nºs. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação

judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.

(DOU 26/3/2019, Seção 1, Edição Extra, p. 2)

LEI N. 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 (*)

Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.

(DOU 30/3/2019, Seção 1,p. 3 - (*) Republicação do Art. 11 da Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020, por ter saído com incorreção do original no DOU de 26-3-2021, Edição Extra, Seção 1, página 2)

LEI N. 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

(DOU 30/3/2019, Seção 1,p. 3-7)